



A EPOPEIA EM QUESTÃO

DEBATES SOBRE A POESIA ÉPICA NO SÉCULO XIX

Organizadores

Roger Friedlein

Marcos Machado Nunes

Regina Zilberman



edições makunaíma

Coordenador

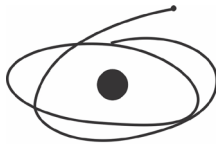
José Luís Jobim

Revisão de texto

Lucas Cyrino

Diagramação

Casa Doze Projetos e Edições



C A P E S

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Agência Brasileira do ISBN - Bibliotecária Priscila Pena Machado CRB-7/6971

E64 A epopeia em questão : debates sobre a poesia épica no século XIX [recurso eletrônico] / orgs. Roger Friedlein, Marcos Machado Nunes e Regina Zilberman. — Rio de Janeiro : Makunaíma, 2019.
Dados eletrônicos (pdf).

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-65130-29-5

1. Poesia épica brasileira - História e crítica - Séc. XIX. 2. Poesia épica portuguesa - História e crítica. I. Friedlein, Roger. II. Nunes, Marcos Machado. III. Zilberman, Regina. IV. Título.

CDD B869.1

A EPOPEIA EM QUESTÃO

Debates sobre a poesia épica no século XIX

Organizado por

Roger Friedlein
Marcos Machado Nunes
Regina Zilberman

Rio de Janeiro

2019



Epopeias nacionais ou heróis nacionais — eis a questão

Regina Zilberman
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Minha “lira sonora / será mais afamada que ditosa”: essas palavras proféticas, expressas pelo grande poeta, contam toda sua história. Com efeito, se algo igualou sua glória, foram seus infortúnios; ele contava com a justiça da posteridade, mas sabia também o que viria a sofrer.

Ferdinand Denis
(1826, p. 66)

22

Não estava ainda neste auge a poesia portuguesa quando um homem pouco conhecido dos letrados, mas já célebre por suas aventuras e valor, foi para tão longe da ingrátissima pátria despicar-se de seu desamor com a mais nobre vingança; a de levantar-lhe um padrão, com que não entram as idades, e que conservará ainda o nome português quando já ele houver desaparecido da terra.

Almeida Garrett (1998, p. 40)

Em 1802, em *O gênio do Cristianismo*, François René de Chateaubriand (1768-1848) dedicou um parágrafo a *Os Lusíadas*, de Luís de Camões (1524?-1580?):

Era ainda um rico assunto o dos *Lusíadas*. Custa a conceber como um homem do gênio de Camões não soube tirar dele maior proveito. Mas convém notar que esse poeta foi o primeiro poeta épico moderno, que vivia em um século bárbaro; que há coisas patéticas

e algumas vezes sublimadas nos seus versos, e muito para notar-se é que foi o mais desgraçados dos homens. (Chateaubriand, 1956, V. I, p. 194)

Chateaubriand é, a esse tempo, o bem sucedido autor das novelas *Atala* (1801) e *René* (1802), marcos do que, mais adiante, será denominado Indianismo. Uma observação como a que faz a propósito de *Os Lusíadas* e seu autor deveria calar fundo nos corações lusitanos, que testemunhavam, entre os letrados franceses, a contínua acusação de o poema conter imperfeições.

Com efeito, por mais de cem anos, entre a segunda metade do século XVII e a segunda metade do século XVIII, foram frequentes os ataques a *Os Lusíadas*, destacando-se os de René Rapin (1621-1687), nas *Réflexions sur la Poétique d'Aristote*, de 1647, Louis Moréri (1643-1680), no *Grand dictionnaire historique*, de 1674, e Voltaire (1694-1778), no *Essai sur la poésie épique*, de 1728, esse o que provavelmente machucou mais, considerando a celebridade do pensador iluminista. O primeiro tradutor de *Os Lusíadas* na França, Duperron de Castera (1705-1752), em 1735, reage aos argumentos de Voltaire, mas uma segunda tradução, proposta por La Harpe (1739-1803) e Vaquette d'Hermilly (1705-1778), em 1776, é ainda mais contundente, provocando a resposta de Antônio de Araújo de Azevedo (1754-1817), da Academia de Ciências de Lisboa, que, em 1806, publicou “Memória em defesa de Camões contra Monsieur de la Harpe” (Azevedo, 1806).

O depoimento de Chateaubriand ajuda a pender a balança para o lado do bardo lusitano do século XVI. Ainda mais porque o considera o “primeiro poeta épico moderno”, em uma época em que a primogenitura poderia ser disputada com italianos de maior notoriedade, como Dante Alighieri (1265-1321), Ariosto (1474-1533) e Torquato Tasso (1544-1595), os autores respectivamente de *A divina comédia* (1307-1321), *Orlando furioso* (1532) e *Jerusalém libertada* (1581). Não apenas isso: Chateaubriand entende os “modernos” na perspectiva, ainda viva, da *Querela*, que os opõe aos antigos,

prezados e emulados até o final do século XVII como a encarnação mais completa da poesia e da arte, mas desde então em baixa. Corporificar o moderno significa fugir à condenação de ultrapassado, o que confere novo fôlego aos versos de Camões.

Por último, mas não menos importante, o escritor francês chama a atenção para o fato de Camões ter sido “o mais desgraçado dos homens”. A essas alturas, a biografia de Camões estava consolidada no sentido de entendê-lo como o indivíduo que produzira a melhor das epopeias portuguesas, mas não alcançara qualquer reconhecimento em seu tempo, vindo a morrer vítima do desamparo e da indignação.

Cabe verificar como se edificou a biografia para Luís de Camões, capaz de resgatá-lo da obscuridade e elevá-lo a um novo patamar, que, em obras subsequentes à manifestação de Chateaubriand, colocam-no em posição central, alcançando corporificar o herói moderno e protagonista da nova epopeia na aurora do Romantismo.

1. A construção da biografia de Camões

24

Pouco se sabe sobre a existência de Camões, e Manuel de Faria e Souza (1590-1649), responsável pela biografia mais extensa do poeta até o começo do século XIX, chama a atenção para a exiguidade dos documentos disponíveis.

O primeiro dentre os narradores da vida de Camões parece ter sido Pedro de Mariz (1550?-1615), autor da apresentação à edição de *Os Lusíadas* de 1613, comentada por Manuel Correia (?-1643?). Desde a abertura de seu estudo, destaca ter sido o poeta vítima da ingratidão — “foi tão perseguido desta enfermidade, que viveu miseravelmente, e morreu quase ao desamparo” —, configurando o artista a quem “a fortuna” “lhe tirou de ventura em a remuneração também merecida”, ainda que o tenha avantajado “mais dos outros homens na excelência poética”. Nos últimos anos de vida, já impresso seu livro, dependia das esmolas obtidas por Antônio, o fiel escravo javanês que o acompanhava: “Viveu em tanta pobreza, que se não

tivera um jau, chamado Antônio, que da Índia trouxe, que de noite pedia esmola para o ajudar a sustentar, não pudera aturar a vida” (Mariz, 1613, s. n. p.).

Outros episódios, futuros clichês relativos à trajetória existencial de Camões, são relatados por Mariz: a morte do pai em naufrágio junto ao litoral da Índia, o próprio naufrágio, citado em *Os Lusíadas*, o encarceramento em Goa, as dívidas na África, saldadas por amigos, o retorno a Lisboa em 1569 em meio a um surto da peste, a impressão do poema, o recebimento da tença de quinze mil réis. Acrescenta ainda a encomenda, por Rui Dias da Câmara, da tradução dos Salmos Penitenciais, tarefa que ele, por cansado, recusa. Ao final, reproduz a lápide tardia com que é homenageado, atestando a data de sua morte, em 1579.

Onze anos depois, Manuel Severim de Faria (1583-1665) dedica o último capítulo dos *Vários discursos políticos* à vida de Camões, tarefa facilitada, segundo ele, pelo poeta que, em seus versos, retrata os acontecimentos vividos. Severim de Faria reitera a prática, antecipada por Mariz, de recorrer à obra do poeta para comprovar a veracidade dos fatos narrados.

25

O relato de Severim de Faria é mais extenso, remontando aos primórdios da família Camões, originária, segundo ele, da Galiza. Situa o nascimento de Camões, cujo pai teria falecido em naufrágio perto de Goa, no ano de 1517 em Lisboa, de onde é enviado a Coimbra, para estudar. Depois de regressar à cidade natal, é desterrado para o interior do país, por força de amores contrariados. Aceita tomar parte de expedição militar a Ceuta, quando perde um olho. Depois, transfere-se para a Índia, de onde não pretende voltar, como confessa em carta em que cita a despedida de Cipião. Na Índia, é preso por desacato; livre, transfere-se para Macau, onde conclui o poema épico.

Segue-se a narração do naufrágio e da preservação dos manuscritos de *Os Lusíadas*. Severim comenta o episódio ocorrido na África, e conclui o relato com o retorno de Camões a Lisboa, a

publicação do poema, a pobreza e o desamparo dos últimos anos, a morte e o enterro “na Igreja de Santa Ana sem letreiro, ou campa alguma, que mostrasse o lugar de sua sepultura” (Faria, 1791, p. 349).

Manuel de Faria e Souza, lembra Jorge de Sena, foi o terceiro biógrafo de Camões (Sena, 1972). A “Vida de Camões” antecede a edição comentada de *Os Lusíadas*, de 1639, texto reescrito para as *Rimas várias*, lançadas postumamente em 1685, porque, entre um e outro livro, Faria e Souza informa ter obtido dados mais confiáveis. Tal como os precedentes, invoca os versos de Camões para comprovar os fatos atribuídos à biografia.

Faria e Souza repisa os dados relativos à cidade natal do poeta e à genealogia dos Camões, de origem galega. Propõe 1524 como ano de nascimento e 1553 como o do embarque para a Índia. Antes dessa data, estudara em Coimbra e amara Catarina de Ataíde; rejeitado pela família da moça, fora desterrado provavelmente para Santarém. Em Ceuta, combatera ao lado do pai, tendo perdido o olho direito em luta. Após a morte de Catarina, partira para a Ásia, deixando a carta já referida por Severim.

26

Na Índia, participa de campanhas militares, mas também satiriza Francisco Barreto, o que motiva o banimento para Macau e o exercício do cargo de provedor de defuntos. A mudança no governo leva-o a retornar a Goa; a nau afunda, mas ele salva os manuscritos de seu poema. Desembarca à época da administração de Constantino de Bragança, substituído pelo Conde de Redondo, que o encarcera, em virtude de alguma “travessura” ou de calúnia “sobre o tocante ao ofício de Provedor de Defuntos em Macau” (Souza, 1972, s. n. p.). Em vias de liberação, é novamente preso, agora por dívidas.

Com o fito de retornar a Portugal, acompanha Pedro Barreto, que assumiria cargo em Sofala. Em Moçambique, é impedido de prosseguir viagem, porque Barreto cobra-lhe o transporte. Ajudado por amigos, salda o compromisso e parte para Lisboa, cidade então tomada pela peste. Faria e Souza atribui o retorno, que contraria de-

cisão anterior de abandonar o país por completo, ao “amor à pátria”. Conclui a narração com a citação da carta em que diz morrer com a nação, quando essa perde a autonomia para a Espanha.

Antes de encerrar, anota que, em Sofala, Camões já teria pronto seu *Parnaso*, hipótese comprovada, segundo ele, pelo testemunho de Diogo do Couto (1524-1616). Em 1572, *Os Lusíadas* são publicados, e, em 1579, o poeta falece, não alcançando o merecido reconhecimento. Nos últimos parágrafos, lembra que Camões dependia das esmolas obtidas por Antônio, o escravo javanês, a atitude de Rui Gonçalves (sic) de Câmara, que encomendara a tradução dos Salmos Penitenciais, e a tença de escassos 375 réis¹. Complementa a trajetória, indicando que Camões morrera provavelmente no Convento das Monjas Franciscas, recebendo uma lápide apenas em 1595, patrocinada por Gonçalo Coutinho (c. 1560-1634).

Consolida-se a biografia de Camões: nascimento em Lisboa, oriundo de família ilustre de origem galega; educação em Coimbra; paixão por Catarina de Ataíde; desterro em Santarém; participação na campanha de Ceuta e perda do olho direito; morte prematura da amada; migração para a Índia; conflito com Francisco Barreto; banimento para Macau, onde exerce o ofício de provedor de defuntos e conclui a redação de seu poema; retorno a Goa, precedido pelo naufrágio quando evita a perda dos manuscritos de seu livro; em Goa, duplo encarceramento, primeiro por malversação ou calúnia, depois por dívidas; partida para Moçambique; retido por falta de pagamento, é ajudado por amigos; chegada em Lisboa, tomada pela peste; publicação de *Os Lusíadas*; obtenção da tença; falta de reconhecimento; encomenda da tradução dos Salmos Penitenciais; subsistência à custa das esmolas obtidas (à noite) pelo escravo javanês; morte em 1579 e enterro em cova comum; lápide tardia financiada por Gonçalo Coutinho.

1 A tença, de quinze mil réis e trienal, devia ser renovada a cada período (Storck, 1897, p. 702).

2. Camões entre os franceses

Quando, em 1735, Duperron de Castera publicou, em Paris, a primeira tradução de *Os Lusíadas*, o poema já tinha sido objeto de versão para o inglês, por Richard Fanshawe (1608-1666), de 1655, provavelmente a que Voltaire leu, quando escreveu o *Ensaio sobre a poesia épica*.² Precede a tradução uma biografia de Camões em que o autor retoma fatos relatados por Pedro de Mariz (que atribui a Manuel Correia), Severim de Faria e Faria e Souza. Tal como os portugueses, Castera ilustra os acontecimentos narrados com versos de Camões, confirmando a propensão a tomá-los enquanto confesionais ou autobiográficos.

Em seu relato, aparece o enredo já conhecido, ainda que com pequenas variantes: nascimento em Lisboa em 1517, ascendência ilustre e antiga, educação em Coimbra e retorno à cidade natal, desterro em decorrência de amores contrariados por uma Natércia, anagrama de Catarina, participação em combates em Ceuta, volta a Lisboa e decisão de partir para sempre de Portugal. Seguem-se a 28 a transferência para a Índia, o exílio na China em decorrência de versos satíricos dirigidos ao vice-rei, o cargo de provedor de defuntos em Macau, a redação final de *Os Lusíadas*.

Castera observa que a vida de Camões, a essas alturas, constituía “um tecido de infortúnios e agitações contínuas” (Castera, 1735, t. 1, p. XLII), comentário exemplificado pelos eventos subsequentes: naufrágio na altura de Camboja, compensado com a preservação dos manuscritos de *Os Lusíadas*, e prisão em Goa. Em liberdade, o escritor é retido em Sofala, outra vez por dívidas. Enfim, na terra natal, agora tomada pela peste, publica seu livro e obtém pensão de quatro mil réis. Castera estima que, com esse subsídio, tudo melhoraria, mas não é o que acontece: Camões perde o auxílio pecuniário

2 Anteriores à edição de *Os Lusíadas* em francês são as traduções para o castelhano, em 1580, e para o latim, em 1622. A edição em italiano é posterior à tradução em inglês, datando de 1658.

com a morte de D. Sebastião (1554-1578), e falece, como indigente, em um asilo. O tradutor, contudo, não se refere ao escravo javanês, nem a seu generoso esforço, esmolando em prol do poeta.

A segunda tradução de *Os Lusíadas*, de 1776, não altera o perfil biográfico, abrindo com a frase que define a recepção do indivíduo Camões: “Ele é daqueles homens cujo infeliz destino se anuncia desde os primeiros momentos de sua vida” (La Lusiade, 1776, tomo I, p. IV). De resto, os eventos se repetem, os infortúnios começando com a morte do pai em um naufrágio nas proximidades de Goa, prosseguindo com os amores contrariados e continuando décadas a dentro, perdendo ele, em Ceuta, um olho, e, na Ásia e na África, a liberdade e as poucas propriedades, exceto a do poema, por ocasião do naufrágio na China, fato que o autor da “Vida de Camões” não aceita facilmente: “Pretendeu-se, com razão, que era difícil segurar os papéis enquanto nadava no mar. De todo modo, ele conservou *Os Lusíadas*; e, porque era poeta, subtraiu ao naufrágio o que tinha de mais precioso” (La Lusiade, 1776, tomo I, p. XI). Encerra a narrativa a constatação de que “uma velhice indigente e uma morte deplorável terminam uma vida tumultuada e perseguida” (La Lusiade, 1776, tomo I, p. XV). Como o enredo acompanha as pegadas de Castera, o escravo javanês fica de fora do relato, mesmo assim não menos tocante.

Não surpreende que Chateaubriand classificasse o autor de “o mais desgraçado dos homens”. Madame de Staël (1766-1817), no verbete destinado ao poeta na *Biographie universelle*, reitera aquelas palavras, integrando definitivamente o poeta lusitano ao cânone romântico, depois de ele ter amargado a crítica mordaz de Voltaire.

O verbete redigido por Staël foi publicado em 1812. Em 1813, Simonde de Sismondi (1773-1842) lança *De la littérature du Midi*, cujo volume quarto aborda a literatura portuguesa. Staël parece resumir o material de Sismondi, ainda que seu texto o preceda editorialmente. Os fatos principais, recolhidos nas biografias anteriores,

ali estão: nascimento em 1517, formação em Coimbra — com Staël destacando a provável inconformidade de Camões com os valores do Classicismo e com o então apreço pelos antigos —, paixão por Catarina de Ataíde, participação na campanha de Ceuta, volta a Lisboa e falta de reconhecimento literário, migração definitiva para Goa, desterro em Macau em decorrência da sátira contra o vice-rei, naufrágio no retorno à Índia, prisão e partida para Moçambique. De novo em Lisboa, recebe algum apoio do rei, mas encerra os dias na miséria, dependendo de seu escravo: “sua pobreza era tal que, durante a noite, um escravo que havia trazido da Índia mendigava nas ruas para fornecer sua subsistência” (Staël, 1812, v. 16, p. 621).

30 A tradição francesa não desmente a trajetória originária dos biógrafos portugueses, mas se empenha em conferir aura heroica ao poeta — é um perdedor na vida privada, mas um vencedor no âmbito da arte. Os defeitos de seu poema são pequenos diante da magnitude do projeto; e, lido agora na chave romântica proposta por Staël, mesmo a presença dos deuses greco-latinos, pedra-de-toque dos críticos dos séculos XVII e XVIII, pode ser relevada, seja porque ali figuram como um adorno, seja porque comprovariam “a origem romana dos portugueses”, por extensão dos versos de *Os Lusíadas* (Staël, 1812,v.16, p. 619).

Em menos de duas décadas, *Os Lusíadas* transformavam-se de uma epopeia clássica devedora da tradição em épico moderno, cujo herói, paradoxalmente, não era seu protagonista, Vasco da Gama, mas o autor, Luís de Camões. Conforme instigante processo de reversão, a vida do artista resgatava a obra; e essa, que conferia legitimidade aos fatos considerados biográficos, torna-se refém das desventuras do híbrido de guerreiro e poeta à época do nascimento da modernidade, representada pelas conquistas ultramarinas portuguesas.

Não surpreende que dois intelectuais residindo em Paris na aurora desse Romantismo exaltado o escolhessem para protagonizar suas criações, fosse uma narração, como procede Ferdinand Denis

(1798-1890) em *Camões e José Índio*, de 1823 ou 1824, e no *Resumo de história literária de Portugal*, de 1826, ou um poema, como escolhe Almeida Garrett (1799-1854), com os versos de *Camões*, de 1825, sinalizando a conversão do autor à poética emergente a seu tempo.

Essa passagem, contudo, não se dá sem a contribuição capital de José Maria de Souza-Botelho (1758-1825), o Morgado de Mateus.

3. O novo Camões

Data de 1817 em edição especial, e de 1819 em edição comercial, a publicação de *Os Lusíadas* promovida por Souza-Botelho. O livro é produzido e lançado em Paris, a uma época em que a comunidade portuguesa na França mostrava-se bastante ativa graças à presença de intelectuais como Filinto Elísio (Francisco Manuel do Nascimento, 1734-1819), Timóteo Lecussan-Verdier (1754?-1831) e Francisco Solano Constâncio (1777-1846), diretor dos *Anais das Ciências, das Artes e das Letras* impressos entre 1812 e 1822 naquela cidade. Também parecia consideravelmente atuante o grupo de pesquisadores franceses dedicados a questões de Portugal, como Alexandre-Marie Sané (c. 1773-1818), François-Juste-Marie Raynouard (1761-1836) e G. Hamonière (1789-18??).

31

Na primeira parte do livro, após a exposição dos critérios de publicação da epopeia, Souza-Botelho propõe sua versão da “Vida de Camões”, valendo-se principalmente de dados obtidos em Mariz, Severim de Faria, e Faria e Souza. Apoia-se, tal como os anteriores, nos versos de Camões para comprovar fatos da vida do poeta, confirmando mais uma vez a hipótese subliminar de que sua produção literária comportava evidente natureza confessional. Suas fontes são, além dos relatos dos biógrafos do século XVII, os volumes consultados da primeira edição de *Os Lusíadas*, e é de um deles que provém o principal fato novo de sua narrativa. De resto, como escreve, tratou de “extrair estas notícias dos autores acima mencionados [Mariz e os dois Farias]”, mas com um cuidado: “confrontá-los, e escolher

somente o que era verossímil” (Souza-Botelho, 1819, p. XLVIII).

Partindo das origens galegas da família Camões, adota o ano de 1525 como data de nascimento, e a cidade de Lisboa como local. Confirma a educação em Coimbra, a que se seguem o retorno a Lisboa e a paixão por Catarina de Ataíde. A rejeição de sua corte pelos familiares dela impõe o desterro no Ribatejo e, logo depois, o alistamento militar, determinado a alcançar renome suficiente para se fazer aceito pela elite lusitana. Combate ao lado do pai em Ceuta, onde perde o olho direito.

Contudo, a falta de reconhecimento persiste, o que o leva a migrar definitivamente para a Índia, em 1553, desejo registrado em carta em que cita frase de Cipião. Em Goa, prova seu valor militar; mas, por satirizar, em *Disparates da Índia*, o então vice-rei Francisco Barreto, é banido da cidade. O sucessor, Constantino de Bragança, nomeia-o provedor de defuntos em Macau, local onde conclui a redação de seu poema. É esse um período de bonança, alcançando alguma riqueza.

32

Decide retornar à Índia, mas o barco afunda, e o poeta perde suas posses, já que opta por salvar apenas os manuscritos da epopeia. As desventuras continuam, quando chega na Índia: o Conde de Redondo acata denúncia de que o poeta malbaratara recursos quando em Macau. Camões é preso e, inocentado, é encarcerado outra vez, agora por dívidas. Nessa época, é informado de que Catarina falecera.

Resolve deixar a Índia e regressar à terra natal, mas Pedro Barreto convida-o a assumir um posto em Sofala, local para onde havia sido designado. Ao chegar a Moçambique, delibera por seguir em frente, o que motiva a cobrança, por Barreto, das despesas de viagem. Camões permanece, “reduzido à maior miséria” (Souza-Botelho, 1819, p. LIX). Enfim, ajudado por amigos, embarca para Lisboa, onde chega em 1569, em meio à grande peste.

Em Portugal, tenta ser recebido por D. Sebastião, a quem dedicara seu poema, mas é impedido pelos Validos do palácio, mesmo porque o rei está afastado de Lisboa: a “pretexto da peste”,

fora levado a “discorrer pelas províncias” (Souza-Botelho, 1819, p. LX). Por fim, o livro é publicado, e o poeta, agraciado por uma pensão de quinze mil réis, “mesquinha” conforme Souza-Botelho, até porque Camões “tinha obrigação de residir na corte e de tirar novo alvará todos os seis meses para a cobrança dela” (Souza-Botelho, 1819, p. LX).

O Morgado mostra-se veemente nesse ponto do relato, acusando os dois Gonçalves de Câmara de ações que prejudicaram a administração do reino, ao colocar D. Sebastião em oposição à sua “excelente avó” [Catarina de Áustria] e “contra o seu digno e respeitável aio D. Aleixo de Meneses” (Souza-Botelho, 1819, p. LXI). Os últimos anos de Camões são, por conta disso, melancólicos, incompreendido por conterrâneos como Rui Dias da Câmara, que cobrava a nunca realizada tradução dos Salmos Penitenciais, e dependente do javanês Antônio, que esmolava à noite em nome do amo.

Sua situação piora quando conhece a derrota dos portugueses no Marrocos, afirmando em carta redigida pouco tempo antes de falecer: “Enfim acabarei a vida, e verão todos que fui tão afeiçoado à minha pátria, que não somente me contentei de morrer nela, mas de morrer com ela” (Souza-Botelho, 1819, p. LXII). Residindo em habitação modesta, adoece e expira em 1579. Testemunha de seus últimos dias parece ter sido o frei Josepe Indio, que, de posse de um exemplar de *Os Lusíadas*, escreveu na primeira folha ter visto o poeta “morrer em um hospital em Lisboa, sem ter um lençol para cobrir-se” (Souza-Botelho, 1819, p. LXIV).

Foi sepultado na Igreja de Santa Ana, “sem lhe porem campa ou letreiro” (Souza-Botelho, 1819, p. LXIV), tendo recebido um epitáfio somente alguns anos depois. Mas aquela igreja é destruída pelo terremoto de 1755; quando reedificada, “a ninguém lembrou a sepultura de Camões” (Souza-Botelho, 1819, p. LXIV), o que motiva veemente protesto de Souza-Botelho — “Ó vergonha! Ó dor!” — e deprimente constatação: “não existe um só monumento em Portugal,

dedicado à memória daquele raro Engenho, a quem este país mais deve!” (Souza-Botelho, 1819, p. LXIV-LXV).

O Morgado de Mateus efetivamente articula de modo mais coerente a biografia de Camões. No caso de episódios controversos, como os relativos ao pai do poeta, elege aquele que lhe parece mais plausível, no caso a participação da batalha de Ceuta, em vez da morte em um naufrágio junto ao litoral indiano. Aceita como definitiva a identidade da amada portuguesa de Camões, a inacessível Catarina de Ataíde.³ E, sobretudo, extirpa da narrativa episódios que poderiam manchar a reputação de Camões: “Desprezo as anedotas evidentemente falsas, e contrárias ao caráter de Camões, que Manuel de Faria talvez nas salas de espera, por serem só próprias delas, recolheu e publicou pouco ajuizadamente, sem algum fundamento nem consideração” (Souza-Botelho, 1819, p. 405).

34 Por outro lado, introduz novos figurantes: o aio Aleixo de Meneses e o frei Josepe Indio, que aparecem na última fase da vida de Camões. E, principalmente, confere identidade heroica e romântica ao biografado: ainda que ele seja artista de exceção e militar de valor, é vilipendiado e perseguido, quando se depara com adversários poderosos, como os dois Barretos, ou humilhado, quando obrigado a aceitar mesquinha pensão ou ao confessar não ter condições de atender a encomenda do importuno Rui Dias de Câmara. Faz sempre o melhor por Portugal — luta em Ceuta e na Índia, e não por dinheiro, mas por distinção [“passou à Índia, não com o projeto de enriquecer-se, mas de distinguir-se” (Souza-Botelho, 1819, p. 413)] —, sofre as piores consequências (perde um olho, é desterrado, naufraga e é encarcerado mais de uma vez), não enriquece por força das

3 Cf. nota L: “Ora apelida-a Natércia (anagrama de seu nome), ora Violante, ora Dinamene: só depois da morte de Camões pode Manuel de Farias descobrir a melodiosa e saudosa Écloga XV, dedicada às manes de D. Catarina de Ataíde, e saber assim o nome da verdadeira amante de Camões” (Souza-Botelho, 1819, p. 409).

circunstâncias (o naufrágio perto do Camboja) ou de sua honestidade (denúncia dos descabros em Goa); mas jamais cede ou se abate, concebendo uma epopeia que celebra a glória ultramarina de seu povo. Conforme Souza-Botelho, “sempre é conspícua a nobreza de seu coração” (1819, p. 415); contudo, é recompensado com a miséria e o esquecimento, até ser resgatado por um admirador — o autor da biografia, o Morgado de Mateus, também ele heroico graças à tarefa que empreende.

Ainda que a iniciativa editorial do Morgado de Mateus tenha suscitado objeções relativas à validade e qualidade do projeto (Gallut, 2015), o poema e seu autor renovam seu prestígio, de que é exemplo a *Ode à Camoens*, de Raynouard, traduzida em três versões para o português entre 1819, ano de sua publicação, e 1825, a cargo respectivamente de Filinto Elísio, Pedro Nolasco (1773-1844) e Lécussan-Verdier. Mas suscitou também o interesse de representantes da nova geração romântica, corporificada em Ferdinand Denis e Almeida Garrett, que elegem Camões o centro de narrativas publicadas quase simultaneamente em Paris e originando curioso debate relativo à primogenitura da ideia.

35

4. Camões — de criador a criatura

Ferdinand Denis parece ter descoberto a literatura portuguesa e, em particular, a vida e a obra de Camões, quando incumbido de organizar o volume dedicado às *Chefs d'œuvre du théâtre portugais*, publicado em 1823. Até então, era o Brasil o tema principal de seus trabalhos intelectuais, representados pela organização, ao lado de Hippolyte Taunay (1793-1864), dos seis tomos de *Le Brésil*, ou *Histoire, moeurs, usages et coutumes des habitants de ce royaume*, lançados entre 1821 e 1822 pelo editor Nepveu, de Paris.

A partir de 1823, Denis começou a dividir-se entre a América e Portugal. Naquele ano, de novo por Nepveu, produziu *Buenos-Ayres et le Paraguay*, ou *Histoire, moeurs, usages et coutumes des*

habitants de cette partie de l'Amérique, em dois tomos. E, em 1824, lançou *Scènes de la nature sous les tropiques et de leur influence sur la poésie*, livro mais autoral, ao apresentar ensaios literários e culturais, ao lado de textos narrativos, como “Palmares” e “Os maxacalis”, além da biografia ficcional *Camões e José Índio*.

Denis não inclui obras dramáticas de Luís de Camões em sua seleção de peças portuguesas, preferindo, talvez por imposição do editor, matéria mais recente originária do século XVIII e início do XIX.⁴ Porém, na introdução à coletânea, sumaria e endossa os lugares-comuns relativos ao poeta: “lançado em uma vida agitada, continuamente distante da pátria, preparava em segredo o monumento de sua glória e não gozou [...] a felicidade de ser apreciado por seus compatriotas” (Denis, 1823, p. 8). Na biografia ficcionalizada, expande essa imagem contraditória da vida de Luís de Camões, autor da maior glória lusitana em oposição à incompreensão de que foi objeto.

36 A narrativa abre com a chegada de Camões em Portugal, ao lado do frei José Índio, seu amigo desde Goa. Nas proximidades da costa, uma tempestade quase os faz naufragar, mas o poeta prova suas habilidades náuticas, assumindo o timão e evitando o choque com os recifes da praia. Após essa prova iniciatória de bravura e competência, Camões e o parceiro, que, a bordo, havia confessado sua antiga paixão por uma moça, Clara, dirigem-se a uma igreja, onde José revê a amada, até então tida como morta.

À noite, os dois buscam um pouso, pois Camões regressara à cidade natal tão pobre quanto partira. Na falta de um teto, escolhem dormir ao ar livre, quando o poeta conta seu passado, com o intuito de provar ao companheiro quanto padecera. Reaparecem os eventos referentes à vida do escritor: estudos em Coimbra, quando mani-

4 *Vida do grande D. Quixote de la Mancha e do gordo Sancho Pança* (1733), de Antônio José da Silva (1705-1739); *Nova Castro* (1806), de João Batista Gomes (c. 1775-1803); *A conquista do Peru* (1818), e *Caráter dos lusitanos* (1820), de Pimenta de Aguiar (1765-1832).

festa sua insatisfação interior com os modelos antigos (observação provavelmente importada de Staël), impressões líricas suscitadas pela natureza, retorno a Lisboa, paixão por Catarina de Ataíde, exílio, embarque para Ceuta, quando busca, nas suas palavras, “a glória ainda mais do que honrarias” (Denis, 2014, p. 32). Na África, sofre a perda do olho e, de novo em Portugal, pena ainda mais, por permanecer ignorado, o que o leva a migrar para a Índia, não sem antes exclamar: “ingrata patria, non possidebis ossa mea!” (Denis, 2014, p. 35).

É no transcurso da viagem marítima que intui a personagem de Adamastor: “Foi certo dia que, contemplando águas agitadas e ouvindo o ruído dos ventos mais terríveis, o gênio de Adamastor ofereceu-se a minha imaginação como soberano destes vastos mares, como digno irmão dos antigos gigantes” (Denis, 2014, p. 36). Em Goa, envolve-se em combates, mas, satirizando o vice-rei, é expatriado para Macau, onde assume cargo importante, por concessão do novo gestor português, Constantino de Bragança. Em melhores condições financeiras, encerra o poema.

37

Começa o trajeto de volta a Goa, mas, vítima de naufrágio, perde tudo, pois prefere, a conservar bens materiais, salvar os originais de *Os Lusíadas*. Constantino de Bragança é substituído pelo Conde de Redondo, que acolhe calúnias contra o poeta, acusado de, “por meios ilícitos”, ter adquirido “os poucos bens que possuía em Macau” (Denis, 2014, p. 41). Preso, é inocentado, mas volta a amargar o cárcere por dívidas. Novo golpe resulta da informação relativa à morte de Catarina de Ataíde. Por essas e por outras, aceita o convite para acompanhar Pedro Barreto a Sofala. Insatisfeito no novo local, opta por dirigir-se a Portugal, e só consegue viajar graças ao auxílio de amigos. O passado emenda no presente, e Camões encerra o relato em primeira pessoa.

Na manhã do dia seguinte, Camões e José Índio recolhem seus pertences, reduzidos, no caso do poeta, ao escravo e aos manuscritos

de *Os Lusíadas*. Na cidade, José Índio busca notícias de Clara, a quem, depois de algumas peripécias, reencontra. Mas a peste toma conta da cidade, provocando a morte da jovem. O sacerdote parte, enquanto Camões “retir[a]-se, com seu escravo, para mais longe, em uma casa isolada onde queria terminar o poema imortal que seria publicado alguns anos depois” (Denis, 2014, p. 61).

A partir desse ponto, a narrativa acompanha a trajetória de José Índio, que retorna à Ásia, e testemunha entre os portugueses não mais “o ardor das conquistas”, mas “o amor das riquezas, a avidez do ganho” (Denis, 2014, p. 62). Após peregrinar por alguns anos pelo continente asiático, regressa a Goa, onde o espera carta de Camões datada de dois anos antes, em que informa a então recente impressão de *Os Lusíadas*, em decorrência da qual recebera uma “ínfima pensão” e pouco reconhecimento, pois sua existência “ficava limitada àqueles que circulavam na corte” (Denis, 2014, p. 64).

38 O frei volta a Portugal e, no caminho, cruza com a armada de D. Sebastião, que se desloca para Marrocos. Associa-se ao exército lusitano e participa da batalha, cuja narração é extraída do relato de Faria e Souza em *Europa Portuguesa*. Com a derrota, é feito prisioneiro, mas alcança a liberdade e chega a Lisboa. Dez anos se passaram desde sua partida, mas a permanência de seus laços com Camões leva o sacerdote a procurar o amigo. Não tem muita sorte, até que se depara com Antônio, o escravo, de pele negra no texto de Denis.

Chega até o asilo de pobres onde revê o poeta, que, delirando, refere-se a Ataíde e a Meneses. Agônico, ainda declara para José Índio: “morro com a glória de minha pátria” (Denis, 2014, p. 74). Camões falece neste ponto da narrativa, enquanto José Índio comenta consigo mesmo: “Ah grande homem! Restam apenas lágrimas ao teu amigo, ele não pode nem mesmo oferecer-te um túmulo!” (Denis, 2014, p. 75). O narrador dá conta a seguir da mortalha enviada por Francisco de Portugal e da lápide oferecida por Gonçalo Coutinho, visitada apenas pelo servo, pois José Índio morrera pouco tempo

depois, em Cabo Verde.

É com Ferdinand Denis que provavelmente Camões figura pela primeira vez como personagem, se sua narrativa for considerada anterior ao poema de Almeida Garrett. Ainda que reproduza os elementos biográficos, previamente conhecidos em Portugal e na França, ele procura construir uma história com atores — Clara e sua aia, por exemplo — provindos exclusivamente de sua imaginação. José Índio deveria ser desconhecido, até o Morgado de Mateus resgatá-lo em sua versão da vida de Camões. Ao apropriar-se dele, Denis dispunha tão somente de um nome, podendo preencher essa identidade com uma história de sua lavra, alterando inclusive a nacionalidade, pois, de espanhol no relato de Souza-Botelho, o frade se torna português.⁵

Porém, a participação do sacerdote na narrativa não se deve apenas à hipótese levantada pelo Morgado de Mateus, que, tendo oportunidade de consultar um exemplar de *Os Lusíadas* pertencente, a seu ver, a Camões e doado ao amigo, sugere ter esse presenciado seu passamento. Com efeito, no relato de Denis, José Índio ultrapassa essa condição ao desempenhar várias funções, necessárias ao desenvolvimento da trama. Apresenta-se primeiramente como o interlocutor autorizado de Camões, carente de companheiros sinceros depois de uma existência tão atribulada e vivida longe de Portugal. Além disso, duplica eventos experimentados pelo protagonista, já que também teve seus amores contrariados pela família da amada e andou pela Ásia antes de rever a terra natal. Sob esse aspecto, é um

39

5 K. David Jackson localiza os dados biográficos do Frei Joseph Índio: teria sido “padre do sul da Índia, convertido ao Cristianismo, que Camões deveria ter conhecido, pelo menos trinta anos mais velho do que ele, tendo chegado a Lisboa em 1501 com a frota de Cabral.” Pertencia à ordem dos Carmelitas Descalços, em cujo convento, situado em Guadalcazar, na Espanha, teria deixado a edição de *Os Lusíadas* consultada pelo Morgado de Mateus, quando o livro era já propriedade da Holland House (Jackson, 2003, p. 16-17).

quase-Camões, ou, em outras palavras, um Camões desprovido de pendores artísticos. Não menos importante, constitui-se o artifício que faculta a Denis inserir a batalha de Alcácer Quibir no relato e, assim, aproximar os dois eventos capitais reiterados nas biografias anteriores, referentes às mortes simultâneas da pátria portuguesa e de seu porta-voz mais credenciado.

José Índio é, pois, o alter-ego de Luís de Camões, que precisa morrer quando termina a vida de sua outra metade. O fato de ser um ente quase inteiramente ficcional facilita a tessitura do enredo, e sua importância pode ser medida pelo fato de que divide, com o poeta, o título da obra. É ele, pois, quem, mais do que Camões, confere originalidade ao relato, ainda que esse não possa prescindir da presença de seu inspirador.

40 O problema de Denis era a circunstância de que não tinha nada novo a mostrar no que diz respeito ao “vate da Lusitânia” (Denis, 2014, p. 22). Seu texto seria lido por um público especializado que, provavelmente, detinha as informações básicas sobre o passado de Camões, a importância de sua obra, a simultaneidade entre sua morte e a de D. Sebastião, que acarretara a submissão de Portugal à Espanha de Felipe II (1527-1598). Seu grande achado foi inserir uma porção mais jovem de Camões, que testemunhará, na Ásia, a perdição ética de seus conterrâneos, e, na África, a derrota militar. Por essa razão, ocupa cinquenta por cento do relato, correspondente ao trecho relativo aos eventos posteriores ao retorno de Camões a Lisboa. Cronologicamente, é o período em que o poeta se empenha na publicação de seu livro, fato que, no texto, não provoca reações positivas, mas apenas o desdém da sociedade e a definitiva ruína econômica e física do autor. Contudo, não há propriamente acontecimentos a narrar, pois os biógrafos, mesmo os mais credenciados como Faria e Souza, tendem a saltar sobre essa fase da vida do poeta, dando origem a uma lacuna, preenchida, em *Camões e José Índio*, com as ações imaginárias atribuídas ao sacerdote.

Assim posto, quem ocupa a função de protagonista da narrativa? Uma primeira resposta talvez afirmasse a divisão dessa tarefa entre os dois atores do título. Contudo, é ainda Camões o herói, porque é em função dele que José Índio integra-se à obra, vivendo literariamente à sua sombra. Além disso, é Camões responsável pelo livro que expõe e confirma a excelência, mesmo quando derrotados, dos líderes lusitanos; é também quem dá voz à identidade nacional, a qual corporifica, razão por que falece quando Portugal perde a autonomia política.

Denis não pratica a poesia, e sim a prosa, optando pelo gênero historiográfico em *Camões e José Índio*, bem como no *Resumo de História Literária*, o terceiro texto (mas não o último) que, em menos de cinco anos, dedica a Camões. É o que talvez o distancie da epopeia; por outro lado, sugere o que essas formas literárias — a biografia (ficcionalizada ou não), a história da literatura e a poesia épica — compartilham: a proximidade com a História, a recuperação do passado, o engrandecimento dos começos, o destaque aos arquitetos da identidade nacional.

41

Quando Almeida Garrett, em 1825, propôs o seu *Camões*, ele já tinha produzido duas obras de recorte neoclássico, a tragédia *Catão*, encenada em 1820, e o poema *Retrato de Vênus*, de 1821. Nesse período, encontrava-se exilado em Paris, depois de ter passado pela Inglaterra, onde é introduzido ao emergente Romantismo, representado por Lord Byron (1788-1824), a quem cita na “Advertência” com que abre *Camões* e a quem, nas suas palavras, acredita não imitar.

A “Advertência” serve também para o autor esclarecer qual é o assunto de seus versos: “a composição e a publicação de *Os Lusíadas*” (Anônimo [Almeida Garrett], 1825, p. VI). Ainda aproveita o trecho introdutório para declarar que só então tomava conhecimento das *Scènes de la nature sous les tropiques*, afirmando a primogenitura de sua criação. Ainda que ali tenha encontrado “um episódio sobre Camões”, onde, reconhece, “há pareanças com [sua] obrinha”, exime-se do plágio,

apoiado na cronologia de impressão de seu livro: “Como isto foi, melhor o dirá ele que eu, pois esse poema se acha composto desde julho passado [1824], começou-se a imprimir em janeiro corrente, e sai acabado da imprensa, hoje 22 de fevereiro de 1825; a obra de M. Denis publicou-se em dezembro p. p.” (Anônimo [Almeida Garrett], 1825, p. VII).

Denis não faz por menos, replicando em nota nas últimas páginas do *Resumo*:

Lembrarei aqui que, dois meses após a publicação das *Scènes de la nature sous les tropiques*, em que se encontra um episódio sobre a vida do grande poeta, apareceu em português um poema anônimo intitulado *Camões*. Deixo a outros o cuidado de decidir sobre o mérito dessa obra; o autor confessa, é verdade, que ele apareceu depois do meu, mas que seis meses antes seu trabalho estava composto. Tive a honra de ler, dois anos antes, meu episódio em presença de numerosa assembleia, em casa de Thurot, um dos professores do College de France. (Denis, 1826, p. 610)⁶

42 Não cabe decidir o que veio primeiro; importa é que a simultaneidade das publicações sinaliza o renovado interesse por *Camões*, que, se fora estimulado por Chateaubriand, enriquecera-se com as pesquisas de Souza-Botelho. Mas que, até aquele ano de 1825, parecia constituir monopólio dos franceses residentes em Paris, o que talvez tenha induzido Garrett, também ele residente naquela cidade, a dar locução à perspectiva lusitana.

⁶ Maria Helena Rouanet, em *Eternamente em berço esplêndido* (Rouanet, 1991), data *Camões e José Índio* de 1823, impresso por Marchand du Breuil, acolhendo a informação do catálogo organizado por Cícero Dias (1907-2003). Na Biblioteca Nacional de Portugal, encontra-se o volume individual *Camoens et Jozé Indio*, por aquele editor, com a data provável de 1830. O livro apresenta tipografia idêntica à de *Scènes de la nature sous les tropiques et de leur influence sur la poésie*, o que sugere ter sido aproveitado material da edição de Louis Janot. O fato de que Ferdinand Denis, em seu argumento, não se refira a uma publicação anterior a 1824 leva a presumir que, efetivamente, a segunda edição de *Camões e José Índio* é posterior à de *Scènes*, e não anterior, como quereria Cícero Dias.

Do ponto de vista narrativo, Garrett não poderia inovar muito, até porque as fontes não alteraram, em Portugal e na França, os dados conhecidos. Assim, lá estão os episódios de sempre: a participação militar em Ceuta, agora na companhia do pai, e a perda do olho; a paixão proibida e a partida para a Índia; o regresso, a tentativa de aproximação a D. Sebastião com o fito de obter seu patrocínio, a marginalização decorrente do desdém da corte lisboeta, a miséria, a dependência de esmolas alcançadas pelo escravo javanês, a morte e o esquecimento.

Tal como no argumento proposto por Denis, a ação abre com o retorno de Camões a Lisboa, empenhado na publicação de seu livro e testemunha do avanço da peste sobre a cidade. E encerra quando o poeta falece, fato acompanhado da manifestação de contrariedade do eu-lírico, tal como fizera o Morgado de Mateus, diante do desconhecimento do local onde ele fora enterrado: “*Nem o humilde lugar, onde repousam / As cinzas de Camões, conhece o Luso* (Anônimo [Almeida Garrett], 1825, p. 191; grifos do autor).

Não apenas essa, mas outras situações provêm de sugestões colhidas na biografia de Souza-Botelho, como a inserção de Aleixo de Meneses na posição do idoso aio de D. Sebastião que faculta ao poeta apresentar a epopeia ao rei, de quem extrai a aprovação. A peste, por sua vez, oportuniza a narrativa da morte de Natércia/Catarina, em cena curiosamente semelhante à de Denis, quando comparada ao enterro de Clara em uma igreja de Lisboa, poucos dias após José Índio revê-la.

Também semelhante a Denis é o *insight* do poeta que, em viagem na direção da Índia, transfigura o cabo da Boa Esperança no gigante Adamastor.⁷ Porém, mais próximo do titã imaginado por

7 Cf. nota B: “Parece-me muito possível que realmente a vista daquele imenso, e terrível promontório suscitasse a Camões a ideia magnífica da sua metamorfose; e não sei eu se a houvera ele concebido, se de Portugal não saíra” (Anônimo [Almeida Garrett], 1825, p. 212).

Camões, o Adamastor de Garrett vaticina a decadência portuguesa, condição profética a seguir assumida pelo protagonista do poema:

[...] Já fomos Lusos;

Fomos: - de nossa glória o brado ingente

Breve será clamor que geme longe,

Como voz de sepulcros esquecidos

Balda soando no porvir que a ignora. (Anônimo [Almeida Garrett], 1825, p. 85)

Além disso, Garrett faz Camões resumir o conteúdo de sua obra para D. Sebastião, conforme original processo de intertextualização e apropriação. E acrescenta um episódio em que o guerreiro Camões precisa provar sua destreza militar, ao ser confrontado com antigo admirador de Catarina, que o desafia, mas é vencido em duelo, retribuindo com respeito pelo adversário. É essa personagem, criação exclusiva de Garrett, que antecipa o insucesso do empreendimento literário do herói, não porque lhe falte qualidade, mas por causa dos cortesãos que circulam no palácio real:

44

[...] Hoje estivestes

Com el-rei; grande fama heis alcançado

E favor do monarca: mas dobradas

Serão as malquerenças de inimigos,

Os ódios da ignorância e vis conclusos

Da inveja negra e má. (Anônimo [Almeida Garrett], 1825, p. 171)

Duas outras incorporações são dignas de nota: primeiramente, a do eu-lírico, cuja presença se evidencia desde o primeiro verso, quando dirige a invocação à Saudade, que considera, conforme as notas, índice tipicamente português, logo, sinal da identidade diferenciada da linguagem de seu povo. O eu-lírico ocupa boa parte do primeiro canto e, depois, reaparece com frequência, dando conta

de seus sentimentos atuais; além disso, ele ocupa o lugar do autor, ausente do espaço da capa ou da folha de rosto, sendo marcado não pelo nome, mas pela experiência do exílio.

O exílio não é, porém, vivência exclusiva do sujeito da enunciação, mas situação compartilhada com o protagonista, que, no primeiro canto, retorna à pátria, mas nunca se integra efetivamente àquele lugar, marginalizado pela ingratidão e pela miséria. Assim, a história de Camões e a do eu-lírico se entrelaçam, a segunda espelhando a primeira, o que sinaliza o intuito do projeto estético de Almeida Garrett.

A segunda incorporação complementa a primeira: Camões empenha-se em publicar seu poema, porque esse impedirá o esquecimento das façanhas portuguesas à época em que elas tinham valor e não eram motivadas pela cobiça. Em sonho profético relatado no terceiro canto, o poeta descobre que o aguarda um “grão serviço”: erguer “um monumento mais durável / do que as moles do Egito” (p. 64). Mais adiante, o poeta conscientiza-se de sua missão: “Pode mais do que a espada, a voz e a pena; / Feitos de glória imortaliza o canto, / Salvam do olvido as musas” (Anônimo [Almeida Garrett], 1825, p. 89). Por isso, atira-se à composição de seu livro, que, ameaçado de perder durante um naufrágio, salva a todo custo.

O esforço, ainda que não reconhecido por todos, deve ter valido a pena, pois Aleixo, porta-voz do bom senso e da sabedoria, coloca o autor acima de Vasco da Gama, como sugere diálogo daquela personagem com o rei: “‘Que há feito pois? De Vasco, ou de Albuquerque / As ações excedeu?’ — ‘Fez mais do que eles; / Imortais os tornou.’” (Anônimo [Almeida Garrett], 1825, p. 117).

O livro imortaliza Portugal e, por tabela, seu autor, fazendo de Camões o herói por excelência. Suas fragilidades — a miséria, a falta de reconhecimento, o exílio — só o engrandecem, processo que tem efeito especular, pois repercute sobre o autor do outro poema, aquele que confere a Camões o título de sua obra.

Garrett não foge às características do poema épico renovado

pela poética nascente, ainda que, em sua advertência, não se reconheça “clássico, nem romântico” (Anônimo [Almeida Garrett], 1825, p. VI), declaração que, por si só, antecipa seu posicionamento ao lado da rebeldia própria à nova estética. Em seus versos, avulta o herói que não apenas representa a coletividade, mas sabe expô-la em linguagem artística, duplicando, pois, o papel elevado que lhe cabe desempenhar.

Em termos composicionais, não apenas altera convenções da epopeia tradicional, ao evocar não as musas, mas a Saudade, índice da alma portuguesa, mas também procede à alternância entre narrativa e lirismo, exposto pelas intervenções do sujeito que divide o protagonismo com o herói da obra. Como o herói e o eu-lírico assumem-se declaradamente poetas, a intertextualidade e a autorreflexividade se fazem presentes. E, acompanhando uma estratégia que se converte em praxe, Garrett não escapa à inserção de um prólogo explicativo, a “Advertência”, como procediam os escritores que o antecederam, a que soma as notas finais, que se acumulam a cada nova edição de seu poema, atitude que sinaliza a prática de autenticação, em ascensão a seu tempo.

46

Camões, agora personagem, ressurgiu e adentra-se na literatura luso-brasileira, gerando seguidores que se apropriam de sua trajetória para conferir materialidade à condição do artista fragilizado pela sociedade, mas fortalecido por suas ideias e realizações. Graças às biografias de Camões e à circunstância de que o poeta se torna a figura principal de narrativas, versos e dramas⁸, sua obra passa a ser vista e amada no contexto da modernidade. Suas criaturas, que conferiram notabilidade a seu criador, são agora admiradas em razão de quem as elaborou.

Trata-se de uma situação até então inusitada no contexto da

8 Em *As muitas vidas de Luís de Camões*, Vicente Luís de Castro Pereira examina o protagonismo do poeta quinhentista em dramas, poemas e narrativas de autores brasileiros e portugueses (Pereira, 2015).

história da literatura, essa igualmente emergente em língua portuguesa, pois, como se observou, é a vida do autor que resgata a obra, essa ultrapassando a condição de antiga, modernizando-se ao ser experimentada pelos contemporâneos de Camões. Por decorrência, habilita-se a uma circulação renovada e integra-se, por fim, de modo até confortável, ao aparecimento de novos gêneros literários ou à renovação dos clássicos modelos de criação artística.

REFERÊNCIAS

ANÔNIMO [Almeida Garrett]. *Camões, poema*. Paris: Livraria Nacional e Estrangeira, 1825.

AZEVEDO, Antônio de Araújo. Em defeza de Camões contra Monsieur de la Harpe. In: AZEVEDO, Antônio de Araújo. *Memórias de literatura portuguesa*. Lisboa: Academia Real de Ciências de Lisboa, 1806.

CASTERA, Duperron de. Vie du Camoëns. In: *La Lusíade de Camoëns: poeme heroique sur la decouverte des Indes Orientales*. Paris: Huart, 1735.

CHATEAUBRIAND, René de. *O gênio do cristianismo*. Tradução de Camilo Castelo Branco. Rio de Janeiro: Jackson, 1956.

DENIS, Ferdinand. *Camões e José Índio*. Organização, tradução e notas de Rafael Souza Barbosa. Rio de Janeiro: Makunaima, 2014.

DENIS, Ferdinand. *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal, suivi du Résumé de l'histoire littéraire du Brésil*. Paris: Lecointe et Durey, Libraires, 1826.

DENIS, Ferdinand. Notice sur le théâtre portugais. In: DENIS, Ferdinand. *Chefs-d'oeuvre du théâtre portugais*. Paris: Ladvocat, 1823.

FARIA, Manuel Severim de. *Vários discursos políticos*. Lisboa: Oficina de Antônio Gomes, 1791.

GALLUT, Anne. *O Morgado de Mateus, editor de Os Lusíadas*. Tradução de Maria Carlos Loureiro. Lisboa: Aletheia Editores, 2015.

GARRETT, Almeida. Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa. In: ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice (org.). *O berço do cânone*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

JACKSON, K. David. Luís de Camões e a primeira edição d'*Os Lusíadas*, 1572: uma introdução ao CD-Rom. In: JACKSON, K. David (ed.). *Camões and the first edition of The Lusíads, 1572*. Dartmouth, Mass: Center for Portuguese Studies; University of Massachusetts Dartmouth, 2003. CD-ROM.

LA LUSIADE de Louis de Camoëns. Tomo I. Paris: Nyon aîné, 1776.

MARIZ, Pedro de. Ao estudioso da lição poética. In: *Os Lusíadas do grande Luís de Camões*. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1613.

PEREIRA, Vicente Luís de Castro. *As muitas vidas de Luís de Camões: ressonâncias biográficas camonianas na literatura luso-brasileira oitocentista*. Tese (Doutorado em Literatura Portuguesa) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em berço esplêndido: a fundação de uma literatura nacional*. São Paulo: Siciliano, 1991.

SENA, Jorge de. Prefácio. In: CAMÕES, Luís de. *Rimas Várias de Luís de Camões*. Ed. fac-sim. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1972.

SOUZA, Manuel de Faria e. Vida do poeta. In: CAMÕES, Luís de. *Rimas Várias de Luís de Camões*. Ed. fac-sim. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1972.

48 SOUZA-BOTELHO, José Maria. Vida de Luís de Camões. In: *Os Lusíadas, poema épico de Luís de Camões*. Paris Firmin Didot, 1819.

STAËL, Germaine de. Camoëns, Louis. In: *Biographie Universelle, Ancienne et Moderne*. Paris: Michaud Frères, 1812, t. 6, p. 618-621.

STORCK, Wilhelm. *Vida e obras de Luis de Camões: primeira parte*. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1897. Reprodução fac-similada da primeira edição portuguesa.